



Elementos Essenciais de Capital Social: uma investigação no Sistema Produtivo COAGRO

**Kátia Rosane de Athayde¹
Alcimar das Chagas Ribeiro²**

Resumo

Este trabalho investigou a estrutura de capital social no Sistema COAGRO, Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro, a partir do pressuposto de que a sua presença resulta em um facilitador de boas relações entre os atores interessados, além de atuar, positivamente, no sistema econômico regional/local. Metodologicamente, utilizou-se um modelo de pesquisa exploratória, cujo levantamento avaliou elementos tais como: participação coletiva, confiança, respeito às regras contratuais, reciprocidade e solidariedade, possibilitando indicações importantes sobre o papel dos recursos intangíveis no êxito da configuração produtiva utilizada como unidade de pesquisa. O trabalho tratou qualitativamente esses elementos representativos do contexto de capital social no Sistema e verificou que a experiência operacional dessa organização permitiu o resgate gradativo da confiança, antes abalada em função de práticas comerciais incompatíveis com a ética econômica, tais como a quebra de contratos. A organização, como objeto de pesquisa, se constituiu estruturalmente por uma associação de plantadores de cana e uma unidade fabril cooperativada, com os seus respectivos parceiros comuns, os quais em seu conjunto têm demonstrado uma forte

Recebimento: 11/9/2011 • Aceite: 10/7/2011

¹ Mestre em Engenharia de Produção – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF. End: Universidade Estadual do Norte Fluminense, Centro de Ciência e Tecnologia. Av. Alberto Lamego, 2000. Parque Califórnia. 28013-602 – Campos dos Goytacazes – RJ. Brasil. E-mail: kati@uenf.br

² Doutor em Engenharia de Produção – UENF. E-mail: alcimar@uenf.br

presença que é facilitadora da melhoria relacional entre os atores interessados.

Palavras-chave: Capital Social; Confiança; Cooperação

Essential Components of Social Capital: an investigation in the COAGRO Productive System

Abstract

This study investigated the structure of social capital in the COAGRO, Cooperativa Agroindustrial do Rio de Janeiro, formed by cooperative and partners, from the assumption that its presence promotes good relationship among the stakeholders, and has positive influence in the local economic system. Methodologically, it was used a model of exploratory research, and some factors were evaluated such as collective participation, trust, respect to the contractual rules, reciprocity and solidarity, providing important evidences about the role of intangible resources in success of the productive unit chosen for the research. The work dealt, qualitatively, of these representative elements of the context of social capital in the system and verified that the operational experience of the organization allowed the gradual redemption of the trust, before affected in terms of business practices inconsistent with the economic ethics, such as breach of contracts. The organization, as a research subject, is structurally formed by an association of sugarcane agricultures and a plant, forming a cooperative, and with their in common partners, as a whole have shown a strong presence which is a facilitating factor of the improvement of the relationship between concerned actors.

Keywords: Social Capital; Trust; Cooperation

Introdução

A busca de um posicionamento competitivo, em um contexto global de negócios, exige que firmas possam incorporar elementos essenciais tais como: capacidade inovativa, escala de produção, capacidade de aprender, custo em escala competitiva, capacidade de cooperar em configurações específicas, etc. Desta forma, grandes empresas costumam apresentar uma vantagem comparativa e competitiva em relação a pequenas firmas, já que as mesmas, via de regra, têm dificuldades em relação aos elementos indicados anteriormente. Contudo, a literatura sobre economias em aglomeração tem indicado que pequenas firmas, quando atuam, cooperativamente, em arranjos produtivos específicos, costumam superar suas dificuldades individuais e, em muitos casos, ascendem a um importante status da competitividade global.

Todavia, atuar cooperativamente não é uma prática comum. O território de produção precisa apresentar algumas características favoráveis a esse modo de organização. Nesse aspecto, o conceito de capital social exerce um papel fundamental, já que se configura na base de sustentação desses movimentos.

Alguns ambientes, com características mais favoráveis, têm aproveitado as vantagens comparativas tangíveis e intangíveis internas para incluir empresas e trabalhadores, enquanto outros ambientes, menos favoráveis, têm ficado a margem do processo de acumulação corrente.

Neste trabalho, em que se buscou identificar o nível de qualidade das relações entre os atores interessados no Sistema COAGRO, cujo conceito é descrito a seguir, foi verificada a importância da integração de aspectos não econômicos, tais como os aspectos sociológicos, antropológicos e psicológicos aos tradicionais conceitos econômicos, possibilitando uma melhor avaliação da estrutura de capital social inserida no mesmo Sistema.

O Sistema COAGRO, para efeitos de estudo, foi composto pelos seguintes elementos ou atores: Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro (Usina e cooperados/produtores de cana); Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (onde se concentra 60% da atividade canavieira fluminense) através do Fundo de Desenvolvimento de Campos (FUNDECAM) e da Secretaria de Meio Ambiente; Associação Fluminense dos Plantadores de Cana (ASFLUCAN); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) Campus Leonel Miranda e Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA – hoje INEA – Instituto Estadual do Ambiente). Foi

analisada a interação desses diversos atores interessados, de maneira a melhor entender as causas do processo de decadência do setor sucroalcooleiro na Região Norte Fluminense, e nesse contexto verificar em que aspectos a forma de atuação auto-gestora da Usina COAGRO pelos próprios produtores de cana-de-açúcar, efetivamente, mobiliza elementos de capital social como confiança, reciprocidade e solidariedade, com a finalidade de contribuir para a reversão do processo de deterioração que o setor atravessa.

O Capital Social como referencial teórico

O termo capital social foi denominado inicialmente por Lida Hanifan, que definiu o conceito em 1916, como o conjunto dos elementos intangíveis que mais contam na vida quotidiana das pessoas, tais como a boa vontade, a camaradagem, a simpatia, as relações sociais entre indivíduos e a família. Em decorrência, existe a indicação de que redes sociais podem ter valor econômico. Posteriormente, outros autores como: Jane Jacobs, Glenn Loury, Pierre Bourdieu e Ekkehart Schlicht, utilizaram o termo e teorizaram sobre a noção de capital social (MILANI, 2006, p. 13).

Robert Putnam (2005) refere-se ao capital social e sua relação com o desempenho institucional. Postula que oportunidades de proveito mútuo são perdidas quando os atores não assumem compromissos entre si. Enfatiza que o desempenho das instituições sociais depende da forma como os atores confiam uns nos outros e que os dilemas coletivos podem ser mais bem superados nas comunidades cooperativas. Essa cooperação, afirma, depende de que a comunidade tenha um estoque de capital social “sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica” (PUTNAM, 2005, p. 177). Referindo-se ao capital social como concernente às características da organização social, contribuindo para a eficiência da sociedade através da facilitação das ações coordenadas, o autor cita a afirmação de James Coleman de que o capital social possibilita a consecução de certos objetivos que seriam inalcançáveis sem ele:

Numa comunidade rural (...) onde um agricultor ajuda o outro a enfardar o seu feno e onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamentos (COLEMAN apud PUTNAM, 2005, p. 177).

De acordo com Albagli e Maciel (2002, p. 4), uma das razões da difusão do conceito de capital social é o reconhecimento dos recursos

embutidos em estruturas e redes sociais não contabilizados por outras formas de capital.

A organização social, a ação coletiva, a cooperação, a confiança, solidariedade e reciprocidade são algumas importantes dimensões de capital social que devem ser consideradas (GROOTAERT; BASTALAER, 2001). De acordo com o Banco Mundial, evidências crescentes mostram que a coesão social é crítica para as sociedades prosperarem economicamente e para que o desenvolvimento seja sustentável. O capital social seria então, uma espécie de cola que une essas sociedades e de grande importância para o incremento dos demais capitais disponíveis, tornando possíveis objetivos que seriam mais difíceis sem esse recurso (ONE NORTH EAST, 2005). O saber econômico, nessa linha, também é construído sob pilares sociais.

Defende-se que o capital social está se tornando um ingrediente vital no desenvolvimento econômico ao redor do mundo, constituindo-se como uma via de acesso para a formulação de novas estratégias de desenvolvimento (FUKUYAMA, 1999). Argumenta-se que a teoria do capital social tem no âmago de sua análise o desempenho das instituições democráticas (BAQUERO, 2003) e cita-se que, para o Banco Mundial, por exemplo, esse conceito está sendo considerado como o “elo perdido” do desenvolvimento (FINE, 1999 apud BAQUERO, 2003), promovendo um novo entendimento da análise da redução da pobreza e da promoção da democracia social. A função econômica do capital social é reduzir os custos de transação associados com os mecanismos de coordenação formal como contratos, hierarquias regras burocráticas e outros. É claro que é possível atingir ações coordenadas em grupos sem capital social, mas se presume haveria custos adicionais de monitoria, negociação, litígios, e imposição de acordos formais (FUKUYAMA, 1999).

As colocações de Fukuyama são ampliadas por diversos autores, argumentando que as diferenças na performance econômica dos países surgem das diferenças nas propensões sociais de criar confiança para além das famílias nucleares (LOCKE, 2001, p. 255). Nas sociedades onde tal fato ocorre, constroem-se organizações mais eficientes, necessárias à competição nas indústrias de alta tecnologia e crescimento rápido.

Menegasso e Carelli (2006), indicam que o capital social existente em um território deve ser levado em consideração para a realização de um efetivo desenvolvimento sustentável. Concluem que o êxito desse desenvolvimento depende do engajamento da população

local, sem a qual ele não irá acontecer. Além disso, inferem que este pode levar a uma maior habilidade de cooperar, por parte dos agentes.

O tema da confiança como termo explicativo da emergência de cooperação tem sido explorado em vários campos das ciências sociais. Nas duas últimas décadas, constituiu-se em fator importante para o processo de desenvolvimento local. Duas perspectivas sobre confiança podem ser apontadas, nesse contexto: uma de natureza sociológica, onde a confiança seria “um produto de longo prazo de padrões históricos de associativismo, compromisso cívico e interações extrafamiliares” (LOCKE, 2001, p. 254) e a outra, do âmbito da economia, a qual aponta como “elemento promotor desse tipo de comportamento o interesse próprio de longo prazo e o cálculo de custos e benefícios de atores maximizadores de utilidade” (LOCKE, 2001, p. 255).

A primeira perspectiva sobre confiança acima descrita direciona-se para o conceito de capital social. Coleman aponta para essa corrente, representada pela visão dos sociólogos, a qual vê os atores como socializados. As ações das pessoas seriam governadas por normas sociais, regras e obrigações. Seriam dirigidas e reprimidas pelo contexto social, pelas normas, pela confiança interpessoal, pelas redes sociais, e pela organização social, que são importantes no funcionamento não somente da sociedade, mas também da economia (COLEMAN, 1988).

Nos contextos modernos, a confiança social pode provir das regras de reciprocidade e dos sistemas de participação cívica (PUTNAM, 1993b, p. 182-183). Putnam (1993b, p. 171-172), citando James Coleman, coloca que as regras são incutidas através de modelos e socialização (também por meio de sanções). A reciprocidade generalizada se refere a que haja expectativas mútuas de que um favor feito hoje possa ser retribuído no futuro. O intercâmbio é favorecido quando as pessoas acreditam que a confiança será retribuída. A continuidade do intercâmbio incentiva a reciprocidade generalizada e “a interação pessoal é um meio econômico e seguro de obter informações acerca da confiabilidade dos demais atores” (PUTNAM, Op. Cit., p. 172). O autor ainda defende que as relações sociais existentes são fomentadoras de confiança e as relações continuadas neutralizam o oportunismo. A combinação de cooperação e o oportunismo nesse contexto “irá depender dos intercâmbios preexistentes” (PUTNAM, Op.Cit. p. 173).

Milani (2005, p. 18-19), aponta a visão de Mark Granovetter, para o qual as ações econômicas dos agentes estão inseridas em redes

de relações sociais. As redes sociais são potencialmente criadoras de capital social, podendo contribuir na redução de comportamentos oportunistas e na promoção da confiança mútua entre os agentes econômicos. Granovetter critica as duas visões do comportamento econômico: a visão neoclássica, que classifica de sub-socializada, visto que percebe apenas os indivíduos de forma atomizada, desconectada das relações sociais; e a visão estruturalista e marxista, que qualifica de supersocializada, porquanto os indivíduos são considerados em dependência total de seus grupos sociais e do sistema social a que pertencem, destacando que o capital social seria ao mesmo tempo um bem público e um bem privado (MILANI, 2005).

Coleman (1988) cita as contribuições de Mark Granovetter, o qual argumenta que há uma falha para reconhecer a importância das relações interpessoais concretas e redes de relações, as quais chama de *embeddednes* (imersão). Gerar confiança, estabelecer expectativas, criar e reforçar normas. A idéia de Granovetter de *embeddedness* pode ser vista como uma tentativa de introduzir, dentro da análise econômica, a organização social e as relações sociais não meramente como uma estrutura para preencher uma função econômica, mas como uma estrutura com história e continuidade que lhe dá um efeito independente do funcionamento do sistema econômico.

De acordo do Peres (2000, p. 6), o conceito de capital social foi recentemente introduzido na literatura econômica como um novo tipo de capital que tem ajudado a explicar a performance econômica de grupos, regiões ou nações. Até recentemente, eram incluídos somente os capitais físico, financeiro, natural e humano.

Aspectos metodológicos

No presente trabalho selecionou-se a definição de capital social proposta por Putnam, para o qual este “refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo” (MILANI, 2005, p. 18-19). Complementarmente, tem-se a definição de capital social cognitivo e capital social estrutural, onde Capital social cognitivo “envolve elementos subjetivos e intangíveis, tais como atitudes de confiança, solidariedade e reciprocidade, que predispõem as pessoas para a ação coletiva mutuamente benéfica” (MANCUSO, ARAÚJO, 2006, p. 3) e capital social estrutural, que “envolve elementos objetivos e tangíveis, tais como os grupos, as associações, as redes de que os indivíduos participam” (MANCUSO, ARAÚJO, 2006, p. 3).

Nesse contexto, e com base na literatura corrente sobre o tema, foram elaboradas onze questões para a pesquisa. Os indicadores tratados no presente trabalho são: participação nas decisões tomadas no interesse da cooperativa; frequência de participação nas reuniões em prol da cooperativa; grau em que as opiniões são ouvidas, quando da participação nas reuniões, participação em atividades informais proporcionadas pelo envolvimento com a cooperativa; propostas para interação entre os participantes do Sistema; suposição da atenção recebida se fosse necessário pedir apoio a um membro do Sistema; confiança; reciprocidade; solidariedade; respeito aos contratos verbais ou por escrito; participação em atividades voluntárias na comunidade ou dentro do Sistema.

Quanto à coleta de dados, devido à complexidade do fenômeno estudado, optou-se por incorporar algumas estratégias de pesquisa. Em uma primeira etapa de investigação utilizou-se pesquisa bibliográfica, estudos feitos a partir de levantamentos de órgãos e fundações ou institutos especializados em estudos sobre o setor e entrevistas de sondagem.

Em uma segunda etapa de pesquisa, de caráter exploratório, foi feito um levantamento de campo, no qual foram aplicados questionários preparados considerando-se a pesquisa bibliográfica sobre o assunto e o levantamento prévio, que buscou de forma geral os indicativos de capital social existentes.

De acordo com Malhotra (2006), de forma ampla podem-se caracterizar dois tipos de pesquisa: a pesquisa exploratória e a pesquisa conclusiva. O principal objetivo da pesquisa exploratória é “ajudar a compreender o problema enfrentado pelo pesquisador” (MALHOTRA, 2006, p. 99). É indicada para os casos em que há necessidade de maior precisão na definição do problema, identificar cursos relevantes ou obter dados adicionais. Ainda segundo o autor, o processo de pesquisa adotado pode consistir de entrevistas com especialistas do setor. A amostra é pequena. Os dados primários são analisados de forma qualitativa. Assim, as constatações da pesquisa exploratória devem ser caracterizadas como ensaios ou dados para pesquisas posteriores.

A população considerada para a pesquisa foi composta de 5 representantes de entidades representativas parceiras da COAGRO, juntamente com a Usina (1 representante) e os cooperados (produtores/fornecedores de cana para a usina), em número de 12 entrevistas, perfazendo um total de 18 entrevistados. Esse conjunto de atores foi denominado de Sistema COAGRO.

Para o propósito da pesquisa, foram analisados os escores ou graus atribuídos a cada um dos onze elementos ou indicadores de capital social adaptados ao contexto do Sistema COAGRO. Os graus atribuídos (inexistente; baixo; médio; alto e muito alto), ressaltando-se as possíveis adequações das palavras à devida concordância nominal, referem-se aos comportamentos e percepções dos participantes do Sistema com respeito aos indicadores propostos acima. A média aritmética ponderada (\bar{x}^p) foi obtida para cada indicador proposto sendo P o número de vezes em que ocorreu a resposta (peso) e x a nota ou escore atribuído para cada indicador, a partir dos escores atribuídos a cada classificação, sendo 0 para “inexistente” a 4 para “muito alto”. O resultado (média) foi enquadrado no intervalo correspondente a cada classificação.

Análise dos resultados

O diagnóstico do capital social pode ser um importante instrumento de conhecimento do potencial cooperativo dos integrantes do Sistema COAGRO.

Evidentemente, a complexidade e o fato de o assunto ainda não ter sido explorado empiricamente nesse contexto em particular, do setor canavieiro da região, evidenciam matizes que não serão possíveis de investigar de forma absoluta neste trabalho, e nem é o que se pretende.

Todavia, a análise dos resultados foi fundamentada na percepção de que o acesso ao capital social é um aspecto a ser considerado quando se procura por soluções na área econômica, bem como quando se buscam políticas de inclusão social e empregabilidade.

Análise dos indicadores de capital social

Participação nas decisões tomadas no interesse da cooperativa

O primeiro indicador analisado diz respeito ao grau de participação nas decisões tomadas no interesse da cooperativa. Este indicador buscou perceber a extensão da participação das pessoas nessa rede formal que é a Cooperativa com relação à tomada de decisões. A média ponderada indicou um resultado baixo, resultando em um coeficiente de 1,33. Esta indicação remete a uma participação insipiente nas decisões.

Decisões tomadas por algumas das entidades consultadas também podem afetar diretamente a vida da Cooperativa. Ao mesmo

tempo em que interagem como um Sistema em relação à Cooperativa pesquisada e a outras entidades e categorias, essas entidades também possuem intersecções com outros “sistemas”.

São, portanto, elementos que existem também independentemente do Sistema COAGRO.

As decisões que estas entidades tomam como elemento independente, se referem muitas vezes às normas relativas ao funcionamento do setor canavieiro como um todo que serão adotadas na região ou no município. Como exemplo pode-se citar o Termo de Ajustamento de Conduta, implantado e inspecionado pela FEEMA. Outro exemplo a ser colocado pode ser o dos termos e documentos exigidos para a concessão de empréstimos aos produtores de cana da região, determinados pelo FUNDECANA.

Eis aí um dos fatores que elevam a importância da coesão de todos os participantes com relação à tomada de decisões.

Frequência de participação nas reuniões em prol da cooperativa

O segundo elemento estudado, frequência de participação nas reuniões em prol da cooperativa, diz respeito ao comparecimento em reuniões para a exposição de idéias e contribuições em benefício do coletivo, e também à oportunidade de encontro formal oferecida.

Não se fez menção a nenhuma representação dos cooperados durante as entrevistas, apesar de a participação dos mesmos ser garantida por um conselho formado por 20 representantes, denominado conselho da Diretoria. Existem também as Assembléias Gerais que ocorrem no espaço físico da Usina.

Considerando os escores atribuídos, de 0 para inexistente a 4 para excelente, tem-se que a média ponderada resultou com referência a esse indicador em 1,28. Conforme se pode observar, uma avaliação baixa em relação ao escore mais alto.

Assim, existe a indicação de que há pouca participação dos cooperados e das entidades pesquisadas, nas reuniões.

A ausência de interação de forma geral pode ser considerada um aspecto negativo para o Sistema COAGRO, já que a acumulação do capital social se dá justamente quando as pessoas interagem umas com outras em um conjunto de locais de encontro formais e informais.

No caso em questão, o espaço para reuniões pode ser um local de encontro destinado a favorecer a integração dos participantes do Sistema, não somente por tratar dos assuntos formais, mas também por permitir que redes de conhecimento mútuo sejam iniciadas ou

fortalecidas. Redes de conhecimento mútuo, que se formam em um contexto de relações formais, podem proporcionar uma oportunidade de relacionamento e de conhecimento que não seriam constituídos apenas de maneira obrigatória, mas partiriam também do desejo e da necessidade de cada indivíduo em associar-se.

Locais de encontro informais também proporcionam uma rede de conhecimento mútuo. Nesses contextos sociais ocorre o estabelecimento de regras que podem determinar modos de ser e de agir de um grupo em uma situação formal. O conteúdo das ligações estabelecidas em locais informais é estendido aos locais de encontro formais. Esse sentimento de pertencer efetivamente a um grupo, sem buscar aproveitar-se de situações de oportunismo, buscando a ação de forma a beneficiar o coletivo, realmente se constitui em um acesso a recursos importantes e necessários. Além da formação de grupos, um aspecto importante a ser comentado é estabelecimento de sanções.

Muitas vezes, sanções estabelecidas por leis e contratos não são tão eficazes ou respeitadas quanto aquelas sanções estabelecidas pelo grupo, quando se descobre que o rótulo de “não confiável” ou “desonesto” pode acarretar prejuízos nos negócios.

Grau em que as opiniões são ouvidas, quando da participação nas reuniões

O próximo indicador de capital social proposto, grau em que as opiniões são ouvidas quando da participação nas reuniões, indicou que uma boa parte das pessoas que participam das reuniões considera que as suas opiniões são levadas em consideração. A média ponderada resultou em 2,30, um resultado médio. Este indicador buscou perceber se os respondentes sentem que há atenção às suas colocações e sugestões.

Em uma análise mais profunda, poderia se observar através desta questão se os respondentes sentem que possuem a capacidade de exercer certa influência sobre as decisões que lhes dizem respeito.

Os comentários feitos então se direcionaram para além do ambiente das reuniões, onde os participantes disseram encontrar no ambiente da Usina, especialmente, um local onde suas opiniões poderiam ser ouvidas. Existe então abertura para exposição de idéias e receptividade aos cooperados. Comentários indicaram também que isso é uma atitude nova em relação ao setor, na região Norte Fluminense. Aparentemente, existe ainda, em relação a outras usinas, muitas dificuldades de comunicação entre produtor e usineiro. Essa pergunta não foi feita diretamente aos entrevistados, porém os mesmos

relataram, entre outras coisas, a facilidade de “chegar” à direção da Usina COAGRO para conversar, o que parece não ocorrer em outras unidades processadoras.

Grau de participação em atividades informais

O grau de participação em atividades informais foi colocado como uma espécie de indicador de coesão social. A média ponderada para este item resultou em 0,5. Ou seja, inexistente.

Esse resultado, que pode demonstrar falta de coesão social, leva a uma reflexão diante da qual é possível fazer certa generalização de que na comunidade onde estão inseridos os produtores, também há carência de atividades agregadoras informais. Essa inferência baseia-se em algumas observações feitas pelos respondentes, de que não costumam participar de tais atividades na comunidade.

Putnam (1993a) coloca que as atividades informais que ocorrem em uma comunidade são um importante indicador de capital social. Para o autor, as pessoas de uma comunidade ou grupo que fazem parte de associações informais, levam os benefícios dessas associações para as atividades formais. Estas atividades, então, beneficiam a confiança e a cooperação, bem como o compartilhamento de normas sociais que levam ao bem comum.

Propostas para interação entre os participantes do Sistema

O grau de apresentação de propostas para interação foi colocado para se perceber se as pessoas sentem necessidade de propor uma maior integração entre os atores do Sistema COAGRO e se efetivamente a propõem.

Aqui os resultados revelaram então uma tendência negativa, com uma média de 1,22, o que significa que as propostas para uma maior integração entre o Sistema são poucas.

Um dos representantes de entidades comentou que o cooperativismo em si já é o melhor sistema para favorecer a integração, mas acha que o cooperativismo da região está pelo menos “100 anos” atrasado em relação ao que é ou deveria ser o cooperativismo na atualidade.

Essa questão do cooperativismo poderia ser de grande ajuda, para alavancar um maior sentimento de pertencimento à cooperativa, usando de seus princípios fundamentais e conscientizando os cooperados.

Suposição da atenção recebida se fosse necessário pedir apoio a um membro do Sistema

O grau de atenção supostamente dado foi um indicador elaborado para se perceber se os respondentes poderiam receber de seus pares ou das entidades, apoio em caso de necessidade. São os seguintes: amparo emocional; financeiro ou cooperativo efetivos, resultantes da construção de laços estabelecidos através da convivência social.

A média ponderada resultou em 1,94 para o indicador. Ou seja, grau médio.

Alguns dos respondentes comentaram que, devido à crise financeira que assola o setor, somente poderia ser obtido o apoio emocional (não financeiro). A maioria remeteu-se, na oportunidade de resposta a esta questão, à grande crise que o setor vem atravessando, principalmente os produtores menores, que se encontram bastante enfraquecidos economicamente e por esse motivo não têm condições de apoiar uns aos outros com dinheiro ou equipamentos.

Um dos respondentes, representante de entidade, disse que há mais ou menos trinta anos está inserido nos problemas do setor canavieiro. Para este representante, existe muita indolência por parte dos produtores em programar ou investir em coisas que os façam trabalhar mais, mesmo que a produção aumente. Comentou também que em sua visão o governo federal se afastou dos interesses públicos na região. Os funcionários federais presentes na época do PLANALSUCAR foram transferidos para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a fim de desenvolver novas espécies de cana próprias da região (estudo de adaptação), porém as pesquisas foram esmorecendo e os investimentos governamentais diminuindo. Isso levou ao fato de que algumas variedades de cana venham de fora e “dêem certo” aqui também. Comentou que as usinas diminuíram de 20 unidades para 8 unidades na Região Norte Fluminense, nas últimas décadas. Uma das causas da baixa cooperação entre os usineiros, para o entrevistado, é que as usinas são dirigidas por diferentes grupos. Os produtores, por sua vez, são individualistas. É preciso haver um elo entre os produtores. Se cada um entrega cana para uma usina, acaba dificultando esse elo. Nas palavras do entrevistado, “É como se fosse um rival do outro, enquanto um deveria ser parceiro do outro”. A cana virou um “bico” e as usinas estão descapitalizadas.

Outro produtor entrevistado acha que o preço está defasado. O custeio da lavoura é muito grande, segundo ele. Se plantar um alqueire

agora, leva-se três anos para recuperar (adubo, mão de obra, máquinas, tudo dobrou de preço e o preço da cana diminuiu).

Confiança

O grau de confiança mostrou-se positivamente expressivo em relação aos outros indicadores, 2,72, ou seja, grau alto.

Efetivamente, pontos positivos da Usina COAGRO contribuíram para o extenso grau de confiança obtido como resultado da pesquisa. Um dos respondentes colocou que há usinas que não pagam há dois anos. Esse resgate da confiança promovido pelo pagamento em dia efetuado por essa usina em particular, impactou positivamente o relacionamento produtor/usina/entidades.

Locke (2001), coloca que em uma perspectiva mais sociológica, como a linha de pensamento de capital social, a confiança pode ser originada como produto de longo prazo de modelos históricos de associativismo, engajamento cívico e interações extra-familiares. Por causa dessas histórias distintas, algumas sociedades podem ser simplesmente mais culturalmente dispostas a se associar do que outras. Há que se refletir sobre a realidade social sob esse ponto de vista, não como determinista de uma situação, mas como reflexão para a promoção na região, como disse um dos respondentes, “de uma mudança de mentalidade”, ou como disse outro, da promoção do “espírito associativo” para que todos se beneficiem.

A confiança é um componente essencial do capital social. De acordo com Arrow (apud Putnam, 1993b, p. 170), toda transação comercial tem em si mesma um elemento de confiança, especialmente quando essa transação envolve um período considerável de tempo. Esse parece ser o caso da agroindústria canavieira na região, que tem em si uma tradição de décadas, mas que, de acordo com as informações prestadas pelos entrevistados, sofreu um grave desgaste em confiança, agora em ascensão, quando se remete ao contexto COAGRO.

A formação da COAGRO parece ter iniciado um resgate de algum estoque de capital social, manifestado pelo indicativo da confiança expressado.

Reciprocidade

Partindo-se para o próximo indicador, reciprocidade, pode-se afirmar que esta se refere a que haja expectativas mútuas de que um favor feito hoje possa ser retribuído no futuro.

A média ponderada resultou em uma classificação média, chegando a 1,94.

Para um dos produtores respondentes, falta de reciprocidade significa falta de entendimento mútuo entre os parceiros, o que leva a uma falta de compreensão. A falta de compreensão leva à falta de entendimento geral na qual as pessoas envolvidas no setor canavieiro têm dificuldade de enxergar o setor como uma coisa única e de todos, vendo somente o seu “próprio lado”.

Curiosamente, quando foram colocadas as questões sobre a reciprocidade existente e sobre outros indicadores da pesquisa, vieram a termo os comentários sobre a falta de investimentos. Neste sentido, indicando que a produção é mais baixa do que deveria pela falta dos mesmos, exaustivamente colocada pelos respondentes, referiram-se predominantemente à que o preço baixo pago pela tonelada de cana não compensaria o incremento da produção por meio das melhorias na irrigação e adubação, que exigiriam maior gasto por parte do produtor.

Concomitantemente, o tamanho reduzido das propriedades e a falta de capital físico e financeiro seriam um fator que determinaria o não investimento. Essas condições ruins seriam um fator de redução da reciprocidade, segundo alguns dos entrevistados.

De acordo com Putnam (1993b, p. 167), o sucesso em superar os dilemas da ação coletiva e o oportunismo que eles criam depende do contexto social dentro do qual o jogo acontece. Cooperação voluntária é mais fácil em comunidades que tem uma herança de um substancial estoque de capital social, na forma de normas de reciprocidade e redes de engajamento cívico.

Destarte, é necessário que a reciprocidade ocorra e que as obrigações sejam cumpridas, culminando que a expectativa criada seja então transformada em resultado. Se as obrigações forem cumpridas, gera-se uma espiral de reciprocidade e um clima de confiança e tranqüilidade de que as expectativas se tornarão realidade.

Solidariedade

A solidariedade percebida pelos entrevistados participantes do Sistema COAGRO, outro dos indicadores propostos, foi colocada como uma “relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, de maneira que cada elemento do grupo se sinta na obrigação moral de apoiar os outros” (Dicionário Aurélio).

A média ponderada, alcançou a classificação “média”, chegando a 1,78.

Os elementos confiança, solidariedade e reciprocidade em um contexto social podem ser considerados muito importantes para o capital social, de acordo com o levantamento bibliográfico. Apresentam-se como recursos aos quais os indivíduos podem ter acesso e se beneficiar, a partir do momento em as atitudes são mútuas. Baixos níveis desses elementos, no entendimento desse trabalho, levam a graus cada vez mais baixos dos mesmos.

Respeito aos contratos verbais ou por escrito

Já o grau de respeito aos contratos verbais ou por escrito demonstrou uma tendência bastante positiva.

Isto demonstra uma importante ferramenta para o resgate de confiança, tendo em vista a expressividade desses resultados em comparação com o que foi afirmado em algumas entrevistas, de que não havia comprometimento de ambos os lados, dos produtores para com a usina e da usina para com os produtores. Nos últimos a falta de respeito aos contratos verbais ou por escrito era ainda maior, tendo em vista o não pagamento da cana fornecida. Essa positividade é corroborada pela média ponderada que resultou em 3,05, grau alto

Esses resultados confirmam as boas ações da Presidência e Diretoria da COAGRO no sentido de honrar os compromissos assumidos, especialmente com relação ao pagamento em dia o qual se constitui, pela sua praticamente inexistência na região de modo geral, em um dos grandes problemas entre produtores e usineiros da região e é extremamente positivo para o incremento da confiança e até da reciprocidade.

A função econômica, do capital social, segundo Fukuyama (1999) é reduzir os custos de transação associados com os mecanismos de coordenação formal como contratos, hierarquias, regras burocráticas, e outros. É possível atingir uma ação coordenada em grupos sem capital social, mas isso presumiria custos adicionais de monitoria, negociação, litígios e acordos formais impostos. Nenhum contrato pode especificar toda a contingência que pode surgir entre as partes; contratos que procuram especificar todas as contingências, grossos como uma lista telefônica, costumam ser inflexíveis e caros. O fato de que a coordenação baseada em normas informais importa, permanece uma parte importante da economia moderna.

Participação em atividades voluntárias na comunidade ou dentro do Sistema

A participação em atividades voluntárias, próximo indicador analisado, denota preocupação com as questões sociais, mostrando que há iniciativa de apoio aos outros indivíduos da comunidade. A média ponderada indica uma tendência positiva, através do escore 3,11 (alto).

Alguns dos respondentes indicaram que atuam no *Rotary* ou *Lions* Clube do município. É um resultado importante, na medida em que revela a preocupação com a comunidade e o coletivo.

Considerações Finais

No contexto de definhamento por que passa o setor sucroalcooleiro da Região Norte Fluminense, este trabalho identificou a falta de investimentos como um fator importante apontado por vários respondentes. O baixo preço pago pelo produto e o alto custo do plantio, tendo em vista que a irrigação e a adubação consomem mais de metade do valor obtido por tonelada, não permitem a capitalização dos produtores, que dessa forma não conseguem fazer novos investimentos, perpetuando o *status quo*, de pré-falência, especialmente dos pequenos. Para esses, a falta de crédito é ocasionada, entre outras coisas pela ausência de documentação adequada das propriedades, que não permite fazer a solicitação às entidades pertinentes. O retalhamento das propriedades no decorrer dos anos pode ser uma das causas para tal.

Produtores imputam às usinas a responsabilidade de não honrar os compromissos e dirigentes imputam aos produtores certa indolência com relação à produção.

Consideraram-se também na análise esses problemas de evolução do setor por fatores limitantes. Obviamente que essas dificuldades são concretas e necessitam de providências urgentes. Também apresentam um estado tal de degeneração que muitas vezes aparentam não mostrar caminho para a revitalização.

Todavia, se for lançado um olhar apenas no recorte atual do setor, corre-se o risco de perpetuar uma visão de que apenas o aporte de recursos financeiros e ações isoladas de governo e entidades serão a resposta para todos os males da região.

Mas o relato dos entrevistados e a própria história da atividade na região mostram que falta de espírito associativo, comunicação precária, cultura da região que não permite uma maior integração, dificuldades para ação coletiva, são também fatores determinantes

para o insucesso do setor, que agora, mais do que nunca, necessita caminhar em direção à cooperação por parte dos agentes produtivos, poder público, entidades e comunidade em geral.

A trajetória recente do setor sucroalcooleiro no Norte Fluminense tem demonstrado certo definhamento da confiança, elemento fundamental de capital social, entre os que operam no setor, em função, entre outros motivos, do individualismo dos atores.

A atividade sucroalcooleira não pode ser estudada desvinculadamente do contexto sócio-econômico, histórico e cultural do município e da região, porque a atividade afeta e é afetada pelo mesmo.

A pesquisa sobre o capital social levou em consideração o contexto de inserção da atividade, estendendo as questões a aspectos como voluntariado e participação em atividades informais, sendo que o primeiro ocorre de maneira satisfatória e a segunda praticamente não acontece. Isso foi considerado negativo porque as atividades, especialmente as cívicas, tendem a ocorrer em regiões que apresentam reflexos no setor produtivo e no bom governo, de acordo com a teoria estudada. Também quase não são feitas propostas de interação por e entre os membros do Sistema.

A participação dos atores nas decisões no interesse da cooperativa resultou baixa, assim como a participação em reuniões, aspectos estes considerados importantes tendo em vista que dão uma noção da extensão da efetiva participação coletiva nos problemas e decisões da cooperativa.

As opiniões sobre a cooperativa são ouvidas pelos dirigentes da Usina COAGRO e pelos participantes em geral.

As pessoas acham que seriam apoiadas por membros do Sistema em caso de necessidade e caracterizou-se como bastante positivo o resultado.

Chamou a atenção o grau de confiança percebido pelos participantes, sendo a Usina, personificada pelos seus dirigentes, o ator mais confiável, de acordo com os entrevistados. Este resultado é muito importante no contexto do setor, tendo em vista o definhamento de confiança ocorrido com relação a estes atores em particular, em relação às outras usinas.

Existem reciprocidade e solidariedade, embora não em níveis ótimos, que podem ser fundamentais no fomento do capital social.

O respeito aos contratos verbais ou por escrito também foi considerado em níveis altos por boa parcela dos entrevistados, sendo que esse resultado foi considerado fundamental para o Sistema, tendo

em vista que o pagamento em dia, prática quase extinta dentro do setor, foi retomado, ajudando a aumentar os níveis de confiança existentes.

Os resultados acima corroboram a hipótese de que a formação de um sistema auto-gerido como é o caso da Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro, acompanhado das entidades/atores formando um sistema maior, de apoio mútuo e integrado, como o chamado Sistema COAGRO, e levando em consideração a importante iniciativa coletiva indicada pelo surgimento da cooperativa a partir da mobilização de alguns produtores, poderia implicar em um processo de melhoria da confiança desses atores e na contribuição para a construção de um melhor nível de capital social.

Outras colocações podem ser feitas a partir dos resultados obtidos.

Iniciativas como a da Cooperativa COAGRO, e que integrem os atores podem dar início à re-inserção do Estado do Rio de Janeiro na atual dinâmica da agroindústria canavieira, cuja demanda crescente, especialmente por combustíveis alternativos apresenta-se bastante favorável neste sentido.

Faz-se necessária uma ação coletiva, com vistas à cooperação, restaurando a confiança perdida ocasionada por anos de desgaste. Mudanças efetivas estruturais na maneira de pensar regional com relação ao setor, e até mesmo com relação a toda a economia local, podem proporcionar uma tentativa mais bem sucedida de melhor utilização de recursos financeiros, humanos, físicos e naturais, a partir da inclusão do recurso capital social.

Referências Bibliográficas

ALBAGLI, S.; MACIEL, M.L. Capital social e Empreendedorismo Local. Proposição de Políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – REDESIST, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em < <http://www.redesist.ie.ufrj.br>. Acesso em 01 set. 2008.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Sociologia Política*, Curitiba, v. 21, p. 83-108, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a07n21.pdf>. Acesso em 19 fev. 2009.

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. O Sonho do Produtor Rural. Campos dos Goytacazes, [2008?]. Apresentação em Power Point preparada por Frederico Rangel Paes.

COLEMAN, J. S. Social Capital in the Creation of Human Capital. *The American Journal of Sociology*, Chicago, v. 94, p. 95-120, 1988.

FINE, B. 1999. The Development State is Dead –Long Live Social Capital?. *Development and Change*, Oxford, v. 30, 1999, p. 1-19.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE. FEEMA. Disponível em: <<http://www.feema.rj.gov.br/>> Acesso em: 10 out. 2008.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPOS. Fundecam. Disponível em <<http://www.fundecam.campos.rj.gov.br/index.php?modulo=site&acao=fundecam>> Acesso em: 10 out. 2008.

FUKUYAMA, F. Social Capital and Civil Society. In: IMF CONFERENCE ON SECOND GENERATION REFORMS, 1999, Washington, D.C. Publications... Washington, D.C: International Monetary Fund, 2009. Disponível em <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/seminar/1999/reforms/fukuyama.htm>>. Acesso em 16 fev. 2009.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *The American Journal of Sociology*, Chicago, v. 3, 1985, p. 481-510.

GROOTAERT, C.. Social Capital: the missing Link?. Social Capital Initiative. Washington, D.C: The World Bank. Working paper n. 3, p. 1-24, 1998.

GROOTAERT, C.; BASTALAER, T.. Understanding and Measuring Social Capital: a synthesis of findings and recommendations from the social capital initiative. Social Capital Initiative. Washington, D.C: The World Bank. Working paper n. 24, p. 1-31, 2001.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. O que é o INEA? Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/index/index.asp>> Acesso em 18 fev. 2009.

LOCKE, R. M. Construindo Confiança. *Econômica*, Niterói, v. 3, p. 253-281, 2003.

MALHOTRA, Naresh. *Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada*. 4ª edição. Editora Bookman. Porto alegre, 2006.720 p.

MANCUSO, W. P.; ARAÚJO, J.R.C.. Mobilização de Capital Social para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável: O Caso dos Municípios do “Consórcio Itaberá” – SP. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 3.,2006. Santa Cruz do Sul. Anais... Santa Cruz do Sul: UNISC, 2006. 1 CD ROM.

MENEGASSO, M. E., CARELLI, M. N. Capital social e Desenvolvimento Sustentável em Joinville – SC. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 3.,2006. Santa Cruz do Sul.

MILANI, C. Capital Social, Participação Política e Desenvolvimento Local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. Salvador: UFBA, 2006 (Projeto de Pesquisa). Disponível em <<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/Documentos%20para%20download/ISTR%202003%20Capital%20Social%20e%20Desenvolvimento%20Local.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2007.

ONE NORTH EAST. Social Capital and Economic Development in the North East of England: Promoting Economic Inclusion through Community Based Programmes and Projects (Final Report Submitted by Durham University, Miles Strategic Consultin Ltd and White Young Green Ltd). Durham, 2005. 122 p. Disponível em <<http://www.statistics.gov.uk/socialcapital/downloads/soccaplitreview.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2007.

PERES, F. C. Capital Social, a estrela do desenvolvimento econômico. *Preços Agrícolas*, Piracicaba, maio 2000. Disponível em: <<http://pa.esalq.usp.br/~pa/pa0500/fern0500.pdf>> Acesso em 10 abr. 2007.

PUTNAM, R.. (a) The Prosperous Community: Social Capital and Public Life. *The American Prospect*, Washington, DC, n.13, Spring 1993. Disponível em <<http://xroads.virginia.edu/~hyper/DETOC/assoc/13putn.html>>. Acesso em: 18 agost. 2007.

PUTNAM, R. (b) *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1993, 258 p.

PUTNAM, R. *Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna*. 4.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005, 257 p.